

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## Conselho vai rever limite para prédios na Mooca

**Integrante do Conpresp pediu revisão da regra para entorno de galpões tombados**

**Resolução aprovada no ano passado limita em 30 metros a altura de prédios nesse trecho; secretário diz que não permitirá mudança**

**AFRA BALAZINA**  
DA REPORTAGEM LOCAL

**KARIN BLIKSTAD**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O Conpresp (conselho municipal do patrimônio histórico) abriu processo para rever a regra que limita o tamanho das construções no entorno de galpões tombados na Mooca, na zona leste de São Paulo. A decisão de barrar prédios com mais de 30 metros de altura foi tomada pelos conselheiros no meio do ano passado.

O secretário municipal de Cultura, Carlos Augusto Calil, porém, diz que o governo não pretende rever as resoluções e só aceitará analisar os recursos de quem se sentiu prejudicado. Cabe ao secretário homologar as decisões do Conpresp.

O conselho foi drasticamente alterado em agosto de 2007, após a aprovação de resoluções que contrariavam o interesse do mercado imobiliário.

Na ocasião, havia vencido o prazo de três anos dos conselheiros no cargo. Eles têm direito à recondução. O conselho tem nove integrantes, que são indicados por entidades como o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), por secretarias da prefeitura e pela Câmara. Restaram apenas dois conselheiros da gestão passada na atual configuração: o presidente, José Eduardo de Assis Lefèvre, que é professor da USP e indicado pela Secretaria de Cultura, e o vice-presidente Walter Pires, diretor do DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) da prefeitura.

Segundo Calil, "seria uma incongruência nós do mesmo governo revermos uma decisão do ano passado".

O pedido de revisão da resolução da Mooca partiu do representante da Secretaria de Habitação, Elton Santa Fé Zacarias. A reportagem tentou ouvi-lo, mas a assessoria de imprensa da pasta respondeu que ele não comentará o assunto.

A maior pressão para alterar a limitação vem da construtora Magik -a reportagem não conseguiu falar com a empresa.

Outras duas decisões aprovadas no ano passado têm pedidos de recurso. Elas tratam da limitação de altura de prédios no entorno dos parques da Aclimação e da Independência, ambos tombados. As ruas mais próximas só podem agora ter construções de até dez metros de altura. No caso da Aclimação, o recurso é da construtora Santa Luiza, que pretendia erguer um prédio na rua Safira.

"A empresa afirma ter dado entrada no projeto antes da aprovação. Mas essa justificativa não tem validade. O direito de protocolo não existe neste caso", diz Lefèvre. No caso do parque da Independência, o recurso é da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga. A entidade aluga seus imóveis na região e quer ampliar os prédios para aumentar a sua receita.

Para que essas duas resoluções também sejam revistas, um conselheiro precisa encampar a proposta -o que ainda não ocorreu.

#### **45 dias**

Já foi solicitado ao DPH um novo estudo na Mooca. O diretor do órgão, Walter Pires, afirma que "isso não significa que o gabarito vai aumentar". Segundo ele, o estudo pode concluir que a altura dos prédios têm de ser ainda menores. A pesquisa anterior do DPH levou um ano. Agora, o prazo é de 45 dias. O conselho pode ou não concordar com o parecer do DPH.

Texto Anterior: [Ônibus: Tarifa rodoviária terá ajuste de 4,24% sábado](#)

Próximo Texto: [Gestão anterior critica proposta de revisar altura](#)

[Índice](#)